

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

DUARTE, Sérgio de Queiroz. Sérgio de Queiroz Duarte (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 15min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Sérgio de Queiroz Duarte
(depoimento, 2011)**

Rio de Janeiro

2016

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Carlo Patti; Eduardo de Achilles Melo; Matias Spektor;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 13/12/2011 a 13/12/2011

Duração: 1h 15min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória Histórica e Estratégica da Energia Nuclear no Brasil”, desenvolvido pelo CPDOC/FGV com financiamento da FINEP, entre setembro de 2009 e setembro de 2011. O projeto visa à criação de um banco de entrevistas com pessoas de grande expressão na história da energia nuclear no Brasil. Serão realizadas 100 horas de entrevistas, que resultarão na construção dos originais de um livro. Trocar o final depois do livro publicado.

Temas: Acordos e tratados nucleares; Alemanha; América Latina; Anos 1960; Anos 1970; Anticomunismo; Brasil; David Silveira da Mota Junior ; Emílio Garrastazu Médici; Energia nuclear; Estados Unidos da América; Europa; Governo Emílio Médici (1969-1974); Índia; Ministério das Relações Exteriores; Organização das Nações Unidas; Programa Nuclear Brasileiro; Regime militar; Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP);

Sumário

Entrevista: 13/12/2011

Arquivo 1: Comentários sobre o envolvimento do entrevistado com temas nucleares na década de 1960; a negociação do regime militar de não proliferação nuclear (1966-1968); a aliança informal da Índia e Brasil contra o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP); a posição da Alemanha Ocidental na negociação do TNP; considerações sobre os interesses brasileiros em não assinar o TNP; a pressão americana em 1970 para que o Brasil assinasse o TNP; o Programa Nuclear Brasileiro em 1967; a transição do entrevistado de Genebra para Boston em 1966; defesa da imagem do Brasil do exterior na época do governo Médici; Estados Unidos da América e sua projeção anticomunista na América Latina (Brasil); a relação com o ministro David Silveira da Mota e o trabalho na Secretaria-Geral Adjunta para a Europa Oriental e Ásia, no Brasil; o trabalho na Divisão do Pessoal do Itamaraty em 1975-1979; a ida a Genebra em meados da década de 1970.

Arquivo 2: Comentários sobre a crítica brasileira ao Tratado de Não-Proliferação em Genebra; os objetivos do Programa Nuclear Autônomo; a Carta da Organização das Nações Unidas que visava o desarmamento nuclear ou eliminação de armamento nuclear; a impressão da sociedade brasileira sobre a questão nuclear.

Entrevista: 13/12/2011

M.S. – Embaixador, então, a gente queria tentar recuperar a memória da sua passagem voltando no período mais inicial do seu envolvimento com temas nucleares. Estamos falando da segunda metade da década de 1960, no contexto no qual, no Comitê dos 18, negocia-se um regime de não proliferação nuclear, e o senhor está trabalhando lá, junto ao Corrêa do Lago, ao Azeredo da Silveira. Vamos começar com esse período. Como que o senhor chega lá? Qual é o contexto em que se inicia...?

S.D. – Deixa eu dizer só uma coisa no início: eu não gosto de dizer que estava se negociando. Na minha opinião, já estava negociado entre os Estados Unidos e a União Soviética. Porque aquilo foi mais uma espécie de legitimação do texto, com algumas emendas que foram sendo acrescentadas. Mas, enfim, isso é um...

M.S. – Isso era sabido por delegações, como a brasileira, logo de entrada ou é algo que os países foram se dando conta com o tempo?

S.D. – Eu acho que eu me fui dando conta com o tempo. Não sei se os países foram se dando conta com o tempo, mas acho que eu fui me dando conta. Na época, eu não tinha essa sensação, não. Também, eu era muito júnior, eu era muito... Eu era o membro mais jovem e menos experiente da delegação brasileira, cujo chefe era o Azeredo da Silveira. Agora, o Corrêa do Lago não estava lá, não. O Corrêa do Lago já tinha partido.

M.S. – Ah, já tinha saído.

S.D. – O Azeredo da Silveira sucedeu o Corrêa do Lago lá. Ou não? Não sei quem estava lá antes. Mas, enfim, não importa. Eu tinha trabalhado antes com o Silveira, aqui, na Secretaria de Estado, e depois fui para Buenos Aires. O Silveira passou por Buenos Aires com uma equipe também muito jovem, inclusive o Luiz Felipe Lampreia, que era também... Ele é mais jovem do que eu. O Silveira passou por lá, organizando uma conferência que ia haver no Panamá, uma conferência da OEA para reformar a Carta. O Silveira foi designado chefe dessa delegação e fez um périplo pela América do Sul, conversando com o governo, para preparar as posições brasileiras, e passou por Buenos Aires e me arrebanhou. Eu já tinha trabalhado com ele antes, aqui, na Secretaria de Estado, aí me levou para o Panamá. E, no Panamá, ele teve a notícia de que estava designado para

Genebra e aí me disse: “Você vai para Genebra comigo”. Eu disse: “Tudo bem. Vou. Está ótimo”. Eu fui para Genebra. Quando chegamos lá... Eu cheguei lá na primavera – isso deve ter sido em abril ou maio – de 1966. Aí já estava, no Comitê chamado das 18 Nações, onde só sentavam 17, porque a França não sentava... Tinha a plaquinha da França, mas a França não sentava. Já havia um texto, que era um texto conjunto soviético-americano. O antecedente desse texto... os antecedentes são pelo menos outros três. Eu não sei... Três ou quatro. Eu escrevi um artigo para aquela revista de política externa, que o Gelson me pediu, já há uns dois anos ou três anos atrás, e aí eu fiz um pouco a história dessa coisa, porque aí eu tinha os dados diante de mim, tinha os documentos diante de mim. Eles já tinham... Primeiro, cada um deles apresentou um texto. Isso anteriormente à nossa chegada. Depois, outra vez, cada um deles apresentou um texto, já com certas modificações; depois, eu tenho a impressão que ainda apresentaram um terceiro texto separado; depois apresentaram um texto conjunto, que era o que estava... E, finalmente, apresentaram um novo texto conjunto, depois dos debates. Eu hesito um pouco em chamar aquilo de negociação porque, no fundo, a minha lembrança – isso faz 40 anos –, a minha lembrança é que os países não nucleares, sobretudo os mais adiantados, Índia e Brasil, tinham grandes reservas sobre a ideia de você se amarrar, aceitar restrições à sua indústria nuclear. Embora fosse ainda, há 40 anos atrás, uma indústria nuclear certamente incipiente, em relação ao que depois se desenvolveu, e a da Índia, talvez mais adiantada do que a nossa, tanto que, em 1974, eles fizeram a chamada “explosão pacífica”. Mas havia uma grande hesitação, então os países combatiam muito, queriam reduzir o nível de restrições, sobretudo a certas técnicas. A grande preocupação que eu me lembro, do Silveira, o chefe da delegação, era: “Não se pode aceitar constrangimentos ao desenvolvimento tecnológico. Não queremos bomba, não estamos a fim de fazer uma bomba, mas não podemos aceitar constrangimentos”. Essa era a posição básica do Brasil, que é, no fundo, uma preservação de opções, não é?

M.S. – Claro. Mas o documento que circulava já não era o documento que terminou vingando, ou seja, que dá muita latitude para o desenvolvimento tecnológico, sem chegar a um explosivo?

S.D. – Essa não foi a opinião dos países mais adiantados. Era o Grupo dos Oito. Você conhece, eu não preciso explicar isso, não é? O Grupo dos Oito resistiu. Alguns mais, outros menos. O México, menos; alguns outros, menos, a Birmânia... E resistia muito: o Egito, a Nigéria...

E.A. – A Suécia.

S.D. – ...o Brasil, a Índia, dentre os oito. Mas esse texto foi depois reapresentado com algumas modificações. Mesmo assim, isso durou de 1966, desde que eu estive lá, de meados de 1966 até meados de 1968, abril... março, se não estou enganado, no começo, quando os Estados Unidos e a União Soviética, que eram os copresidentes do órgão, disseram: “Bom, agora chega, o texto é esse e está acabado”, com algumas emendas, com algumas modificações que *eles* introduziram.

M.S. – Ah, *eles* introduziram?

S.D. – Eles traziam. Aliás, isso é normal, quer dizer, mais ou menos é o que se faz: o presidente do órgão ouve e depois apresenta o texto. Mas o texto final que eles apresentaram e que queriam mandar para a Assembleia Geral não foi aceito pelos oito. E o que fizeram os dois? Com a autoridade de copresidentes, mandaram para a Assembleia. Foi assim que o tratado...

M.S. – Enfiaram goela abaixo.

S.D. – Enfiaram goela abaixo. Foi assim que o tratado foi para a Assembleia. Então, dizer que foi negociado, na minha opinião, é um... Não é que não tenha havido uma certa negociação – foram apresentadas ideias, foram apresentadas sugestões...

M.S. – Não havia nada que os oito pudessem fazer para atravancar?

S.D. – Olha, regimentalmente, não sei. As regras de procedimento falam em consenso. E as regras foram inventadas por eles, porque eles é que inventaram... Quem inventou o órgão foram eles. Mas eles mandaram. Copresidentes, dois copresidentes, eles decidem mandar. Eu não tenho esse texto. Talvez valesse a pena procurar lá nos anais da...

E.A. – Da ONU¹.

S.D. – Aí o texto foi para a Assembleia. Quando chegou na Assembleia, era um projeto de resolução recomendando o texto à assinatura dos Estados. Ali foram acrescentadas ainda algumas emendas, na Assembleia Geral.

¹ Organização das Nações Unidas.

M.S. – Na Assembleia?

S.D. – Na Assembleia Geral.

M.S. – Emendas promovidas...

S.D. – Por eles.

M.S. – Por eles.

S.D. – Por eles, mas, enfim, baseadas em apresentações, em ideias que foram dadas na Assembleia. Finalmente, o texto da resolução, que recomendava o tratado à assinatura dos Estados, foi à votação. E, nessa votação, se não me engano, houve 21 abstenções, ou 20 e poucas, entre as quais o Brasil, a Índia... Os não alinhados. Não alinhado no sentido não de Bandung, mas no sentido de não alinhados com alianças militares. Mas significativos se abstiveram. E teve quatro votos negativos e, naturalmente, uma quantidade de votos suficiente para aprovar a resolução, e o tratado então foi... Passou a ser... Mas essa foi... Eu não sei se isso se pode chamar realmente de uma negociação. Quer dizer, eu tenho uma certa hesitação em chamar isso de negociação. Não é bem assim, não é?

M.S. – Entendi. Nesse processo que a gente poderia chamar de outorga, para não chamar de imposição...

S.D. – Houve uma imposição com nuances, não é? Você não pode resistir. Os Estados Unidos e a União Soviética, em 1966, realmente eram irresistíveis, era uma pressão irresistível.

M.S. – Claro. Naquele momento, havia algum contato entre o que hoje em dia se chama o Sul Global, essas alianças Índia e Brasil? Havia a possibilidade disso? Ou a gente vinha de tradições tão distintas e tinha tão pouco contato mútuo com um país como a Índia, por exemplo, que não havia a menor chance de aquilo se transformar num *front* de resistência comum?

S.D. – Olha, era, tanto quanto eu me lembro, era um *front* de resistência comum. Mas não... Não me parecia... Não me lembro, eu não vi não me lembro de ter visto nenhuma comunicação entre a delegação brasileira em Genebra e a embaixada em Nova Déli por intermédio da Secretaria de

Estado. Eu não me lembro de ter havido isso. Se houve eu não tomei conhecimento. E outros não alinhados, também, outros membros do Grupo dos Oito. Eu não me lembro de que houvesse comunicação com as capitais, ou entre as capitais, e muito menos via Genebra. Eu não me lembro. O que havia era muito contato em Genebra. Isso havia. Contato em Genebra havia.

M.S. – Quando a gente conversa com qualquer diplomata brasileiro sobre esse período, o que se ressalta é essa dimensão Norte e Sul do TNP, o embate entre os países que detêm poder nuclear e os países do Sul em desenvolvimento.

S.D. – *Have e have not*, basicamente.

M.S. – Exato. Mas essa é uma divisão um pouco diferente. Uma coisa é entre o Norte e o Sul, e outra é entre o *have* e o *have not*.

S.D. – É um pouco diferente.

M.S. – Porque uma das dinâmicas – e eu queria explorar isso com o senhor –, é a questão da Alemanha Ocidental. Na perspectiva principalmente de alemães, à época, o TNP² era um instrumento para punir e manter contida a Alemanha Ocidental.

S.D. – Também. Entre outros.

M.S. – É a ideia de que o TNP é um Versalhes parte dois. Queria lhe ouvir um pouco sobre isso, principalmente, tendo em vista que, poucos anos depois, sete anos depois, o Brasil e a Alemanha Ocidental assinam um grande acordo de cooperação nuclear e parte da crítica – principalmente em Washington – a esse acordo nuclear é de que o acordo abriria a possibilidade de a Alemanha Ocidental desenvolver, em território brasileiro, tecnologias que eram proibidas à Alemanha em território alemão. O senhor tem memória um pouco sobre a posição da Alemanha Ocidental nessa negociação?

S.D. – O TNP não proíbe tecnologias; o TNP proíbe explosivo. Eu tenho uma formação de advogado, então, eu olho para essas coisas um pouco... Eu nunca advoguei, mas pelo menos fiz

² Tratado de Não Proliferação Nuclear.

o curso de direito. O artigo 2º, que é o artigo onde está a restrição aos não possuidores, diz que os países não nucleares membros desse tratado se obrigam a não adquirir – a palavra é *acquire*, em inglês – por quaisquer meios um explosivo nuclear ou uma arma nuclear. Então, eu me pergunto: o que é *adquirir*? Como é que você adquire um explosivo ou uma arma? Para começar, o tratado não define o que é uma arma nuclear. O tratado não tem definições. Então, como é que adquire? É quando você explode? É quando você tem os elementos prontos para explodir, mas não explode? É quando você monta uma arma e quando você bota na cabeça do foguete? Então, o tratado não proíbe tecnologia alguma, apenas proíbe que você *adquira* uma coisa. Então, eu não sei se essa interpretação de que a Alemanha quisesse desenvolver no Brasil tecnologias que pudessem levar ao explosivo... Não sei. Eu acho que a Alemanha já possuía, em teoria...

M.S. – Naquele período...

S.D. –... Em teoria, as tecnologias. Nessa altura... O que eu me lembro na ocasião... O artigo 4º do tratado, que é o que define o direito inalienável etc., e o artigo 3º, que é o das salvaguardas, não constavam dos textos iniciais apresentados pelas duas superpotências porque estavam sendo, dizia-se... Tudo isso que eu estou te contando é mais ou menos de ouvir falar...

M.S. – Claro.

S.D. –... É do jovem membro da delegação que não participa de outras coisas. [O que se dizia é que os artigos 3º e 4º] estavam sendo negociados com a Alemanha, e que a Alemanha, finalmente... Provavelmente, pressionada – não sei qual terá sido o preço, se terá havido uma contrapartida política em outra região qualquer, em outro tema qualquer –, para que as diretrizes europeias fossem salvaguardadas, a Europa não ficasse privada, como não ficou através da Euratom³ e da Urenco⁴, de enriquecimento de urânio. Com salvaguardas, mas aquilo foi aceito. Eu imagino que a Alemanha possuísse, na ocasião, pelo menos o conhecimento teórico de como fazer, como chegar a um explosivo. E, certamente, possuía também, já... Estávamos em 1966, pouco depois do fim da guerra, mas, provavelmente, possuía ou sabia que podia possuir rapidamente o desenvolvimento industrial necessário. Porque não é só você fazer o explosivo; você tem que ter uma série de componentes que dependem de um avanço industrial importante,

³ European Atomic Energy Community.

⁴ Companhia especializada em enriquecimento de urânio através de centrifugas. É composta pela Alemanha, Reino Unido, Países Baixos e Estados Unidos.

que foi o que o Brasil conseguiu, quando fez o seu programa. Eu sei porque foi necessário fazer uma série de tipos de aço, tipos de carbono... Enfim, tem uma série de... Eu não sou físico, não tenho ideia de como são essas coisas. Mas o que eu quero dizer é isso, é que, na ocasião, o que eu me lembro, a minha lembrança é que a Alemanha era o fulcro das negociações, aí sim, paralelas, fora da Conferência. A Alemanha nem sequer era membro da Conferência. A Conferência eram cinco membros do Tratado de Varsóvia, cinco membros da Otan⁵ e os Oito. Então, o que se dizia, o que se comentava é que, quando as negociações paralelas – fora do Comitê – com a Alemanha estivessem concluídas, então viriam os textos dos artigos 3º e 4º. Sobretudo o 3º. E que foi o que aconteceu.

M.S. – O senhor tem memória se, à época, a delegação brasileira tinha contato intenso...

S.D. – Tinha muito. O Silveira tinha.

M.S. –... Com Bonn?

S.D. – Com Bonn? Com a embaixada em Bonn, você imagina?

M.S. – Não. Com o governo, em Bonn.

S.D. – Com o governo? A missão brasileira? Não creio.

M.S. – Ou o governo brasileiro. Mas havia ali...?

S.D. – Isso eu não tenho conhecimento. Não sei. Não posso te responder. Não tenho ideia. Acho que não, acho que não, mas não posso te afirmar.

M.S. – Embaixador, quando a gente olha hoje lá para trás, para o período do TNP, a gente muito rapidamente chega à conclusão de que o Brasil sempre foi um firme opositor, nesse período, ao TNP.

S.D. – Foi.

⁵ Organização do Tratado do Atlântico Norte.

M.S. – E é do início da década de 1980 aquele documento sensacional que o senhor teve a gentileza de me mostrar, de compartilhar, “*We have not signed anything*”.

S.D. – Aquele discurso do...? É de mil novecentos e oitenta e...

M.S. – Mil novecentos e oitenta e quatro. A “*We’ll never sign anything*”.

S.D. – “*We did not...*”

M.S. – “*We did not*” a “*we’ll not.*”

S.D. – “*We’ll never...*”

M.S. – Exato.

S.D. – E depois contei a história do meu filho, também.

M.S. – Isso.

S.D. – No trabalho dele de tese do CAE⁶, ele botou... Ele fez sobre o TNP, o Brasil já tinha assinado, e ele botou, como epígrafe, botou essa frase, citando: “embaixador Souza e Silva⁷, dia tal”. [risos]

M.S. – Agora, o Souza e Silva diz isto em 1984, e eu queria explorar com o senhor a seguinte possibilidade: quando o TNP é produzido e nos primeiros anos, o Brasil certamente não gosta do tratado, não gosta do texto, é um crítico ao texto, mas a impressão que dá, muitas vezes, é que o que o Brasil queria era licença para poder participar do comércio de materiais, que queria ter o direito de poder desenvolver os insumos ou comprar os insumos necessários, e que, se o Brasil fosse assim reconhecido pelas potências nucleares, o Brasil poderia até contemplar a possibilidade de assinar. Eu acho que essa é a tônica mais ou menos até a década de 1970, quando a posição se

⁶ Certified Association Executive Program, CAE.

⁷ O entrevistado se refere ao ex-embaixador brasileiro Celso Antonio de Souza e Silva.

endurece. É quando a política americana de não proliferação se endurece, em 1978, com o Carter⁸, que a gente também se endurece, e aí se desenvolve o argumento que esse discurso de 1984 exemplifica com primor. O senhor diria que essa interpretação faz sentido? Existia a possibilidade de a gente contemplar uma adesão até meados da década de 1970?

S.D. – Acho que não. Mas, também, a minha opinião não é baseada em conhecimento concreto do que possa ter acontecido. O que eu imagino é que a posição era de não aderir para preservar opções futuras, e não como resultado de uma possível barganha, como você mais ou menos insinuou: se os Estados Unidos aceitassem, ou as potências nucleares aceitassem certo tipo de concessão em termos de fornecimentos, ou de comércio, ou do que fosse, então o Brasil contemplaria. Essa não é a minha opinião.

M.S. – Ou seja, o Brasil queria deixar a opção aberta...

S.D. – Deixar a opção. Essa é a impressão que eu tenho de tudo que eu participei, de tudo que eu ouvi, sempre guardadas as proporções do jovem membro da delegação brasileira.

M.S. – Claro, claro.

S.D. – Mas tudo que eu ouvi me leva a crer que não havia nada preconcebido, a não ser a ideia de “Vamos deixar isso. A gente pensa nisso depois. Não vamos aderir a essa coisa porque isso nos restringe, isso nos engessa. Então, não vamos fazer isso. Veremos depois o que faremos, mas não aceitaremos uma peia”. Essa é a impressão que eu tenho.

M.S. – Nesse período em Genebra, o senhor tem memória se a pressão norte-americana para a gente assinar o tratado era intensa? Depois ela fica mais intensa, eu acho, na década de 1970.

S.D. – Eu acho que ela era feita mais na capital do que em Genebra. Acho.

M.S. – E não era tão intensa assim, também, não é?

S.D. – Em Genebra? Na capital?

⁸ O entrevistado se refere ao ex-presidente norte americano Jimmy Carter, que governou de 1977 até 1981.

M.S. – Na capital.

S.D. – No começo não. Depois sim, a partir, como você diz, a partir talvez de 1970, a partir de 1970, a partir do endurecimento também no Brasil e do crescimento, nos Estados Unidos, no governo, no Congresso, da reação contra o que era visto nos Estados Unidos como excessos não democráticos: torturas e prisões arbitrárias etc.

M.S. – Claro. Agora, isso era muito ambíguo, não é? Porque, a partir de 1969, a gente começa a cooperar com os Estados Unidos: a Westinghouse é a nossa parceira. Então, os Estados Unidos tinham uma posição...

S.D. – Mas eles tinham as próprias restrições, eles tinham os próprios controles de exportação. Não haveria como exportar para o Brasil conhecimento e tecnologia, materiais que não fossem sancionados, aceitos pelos dirigentes dessa... Da política comercial americana em relação ao TNP. Já tinha leis. Tinha um... Tem um Nuclear Act. Tem uma lei de restrição a exportações.

M.S. – Claro. Vocês, em Genebra, nesse período, acompanhavam os desenvolvimentos do Programa Nuclear Brasileiro no Brasil? Esse é um período, a partir de 1967, quando o Programa Nuclear ganha muito vulto, ganha muita ambição e começa-se a desenvolver um parque industrial dedicado ao tema – muito incipiente, ainda.

S.D. – Muito incipiente.

M.S. – Isso ganhará volume a partir de meados da década de 1970, com o acordo com a Alemanha etc.

S.D. – Eu não sei se era um parque industrial dedicado ao tema. Era um parque industrial do qual poderiam sair técnicas e componentes e materiais que poderiam servir *também* para, e não *exclusivamente* para. Eu acho que isso ocorreu muito depois. Tenho a impressão. É a minha impressão. Não creio que isso tenha ocorrido até... Deixa eu dizer uma coisa. Nesta altura da minha vida, eu acho que eu posso dizer certas coisas. Eu acho que tudo que a gente fazia lá era muito da própria cabeça nossa e da do Silveira, acho eu, e inclusive da do Celso Souza e Silva, depois, aí já nos anos 80. Havia, na minha opinião, tanto quanto eu posso imaginar, havia

relativamente pouca interação com as autoridades brasileiras, com os diversos setores que, no Brasil, se interessariam pelo tema.

M.S. – Não havia instruções.

S.D. – Não havia. Ou nós escrevíamos as próprias instruções. No tempo do Silveira, a gente, quando o Silveira fazia um pronunciamento, era muito formal. O CD do Eighteen Nation, o ENDC, era extremamente formal. Quando se reunia, o sujeito chegava com textos escritos...

M.S. – E lia.

S.D. – Lia os textos escritos. Debate, praticamente não havia. Quando a gente preparava um texto para o Silveira, submetia-se à Secretaria de Estado. Já no tempo do Celso, o Celso às vezes fazia e não pedia instruções, ou então mandava um telegrama dizendo “vou fazer um discurso dizendo isso assim, assim e assim”, mais ou menos as linhas gerais, mas não submetia um texto escrito.

M.S. – O Sergio Corrêa da Costa⁹, secretário-geral, então, não era particularmente ativo. Aí ele tinha como assessores: o Paulo Nogueira Batista, que depois teria um papel relevante em questões nucleares; o Ovídio¹⁰.

S.D. – O Ovídio foi muito ativo nessa coisa, sobretudo em Tlatelolco. O Sergio foi o negociador brasileiro de Tlatelolco, e o Ovídio era um dos principais assessores dele, e o Ovídio tinha uma posição muito nacionalista, se você quiser muito firme.

M.S. – Mas alguém não tinha uma posição muito nacionalista? Porque a minha impressão é que o Silveira também tinha essa posição.

S.D. – Também tinha, é claro. Mas eu digo dos auxiliares do Sergio nessa ocasião. O Paulo, eu não sei, realmente eu não sei; o Ovídio, eu me lembro muito do Ovídio falar, dizer, contar como estava indo e, enfim, advogar uma posição brasileira também de preservar opções, que foi o que se fez, com aquele famoso artigo que exigia uma... Um *waiver* etc. Aí as opções ficaram todas preservadas. É a saída para que houvesse um tratado, anterior ao TNP, em 1967.

⁹ Ex-diplomata, advogado, historiador brasileiro (1919-2005).

¹⁰ Ovídio de Andrade Melo, atuou muitos anos como representante brasileiro em Angola.

M.S. – Sem dúvida. Fala para a gente um pouco sobre a sua transição de Genebra para Washington. Como é que se dá? Qual é o...?

S.D. – Aí foi por acaso. Eu voltei de Genebra porque eu estava ficando para trás...

M.S. – Nas promoções?

S.D. – É. Os *Silveira's boys* estavam sendo mais ou menos marginalizados.

M.S. – Isso depois que o Silveira tem a sua ida para a Secretaria-Geral frustrada?

S.D. – Não, não, não. Antes disso. O próprio Silveira, ainda em Genebra, me disse: “Você tem que voltar”. Eu tinha uma relação muito íntima com ele. Realmente, tive uma relação muito próxima. E ele me disse: “Se você ficar aqui, você não vai ser promovido”. Eu já estava pelo número 20, de segundo-secretário para primeiro-secretário. E o Silveira me disse: “Você tem que voltar, porque, se você ficar aqui, você não vai ser promovido”, apesar de eu ser muito ligado a ele e ter, na época... Naquela época, eu era uma pessoa de absoluta confiança. Mas aí voltei. Voltei, mas não tinha para onde ir, fui trabalhar com o David Silveira da Mota, na Secretaria-Geral Adjunta para a Europa Oriental e Ásia.

M.S. – No Rio?

S.D. – Aqui no Rio, aqui no Itamaraty. E aí o Silveira, vindo aqui em férias, falou com o Manoel Guilhon, que era chefe do DA na época, que era o SGEX¹¹. O Dário Castro Alves, que era chefe da Divisão de Comunicações, estava saindo e ia ser chefe da Divisão do Pessoal, e o Silveira disse ao Guilhon: “Chama o Sergio para ser chefe de Comunicações”. Segundo-secretário, chefe... Naquela época, chefe de divisão era ou primeiro-secretário ou conselheiro. Chamar um segundo-secretário para ser chefe de uma divisão como a de Comunicações, que é uma coisa importante, do ponto de vista do funcionamento da casa, era promoção certa, quer dizer, era uma demonstração de confiança. Isso foi o Silveira que fez. E lá fui eu ser chefe de Comunicações.

¹¹ Secretaria-Geral do Exército.

M.S. – E já primeiro-secretário?

S.D. – Aí fui promovido. Quando fui promovido, eu era o número 13. Muita gente já tinha passado a minha frente. Foi assim que eu vim para a Secretaria de Estado: fiquei na Divisão de Comunicações. E aí, um dia, o Calero Rodrigues¹², que era chefe do DOI (Departamento de Organismos Internacionais), me convidou para ser chefe da DNU¹³, coisa que me honrou muito. E, é claro, eu também já tinha um ano e tanto de Comunicações, que é uma coisa administrativa – divertida, porque era dinâmica, mas não tinha nenhuma substância –, achei uma maravilha. Nesse meio tempo, morre o Costa e Silva¹⁴, e aí entra o Médici¹⁵ e chama o Gibson Barboza¹⁶ para ser o embaixador... Para ser o chanceler. E aí o Gibson traz de Washington diversos dos colegas na minha faixa que estavam lá trabalhando com ele. E eu, para ser chefe da DNU, o Calero me mandou à Assembleia Geral daquele ano, já para mim... Antes de me nomear chefe da DNU. E eu estou lá muito bem em Washington, na Assembleia, e recebo um telegrama mandando voltar. Voltei. Eu não sabia o que era. Era assim: “O secretário deve regressar”. Ditadura... Eu não tinha nada. Eu não tinha nenhum esqueleto no armário. Voltei. E aí me disseram: “O ministro quer que você vá para Washington no lugar... entre outros, para substituir aqueles que ele está trazendo. Mas ele vai... O ministro quer ir para Brasília”. Aí fui ver o ministro, fui ver o Gibson. O Gibson disse: “Eu tenho quatro problemas para resolver para a transferência para Brasília. Prometi...”. Ele era meio dramático, o Gibson. “Prometi ao presidente que eu removeria e transferiria o ministério.” Só faltava o Itamaraty. Todos foram, mas eram os núcleos. Porque ministérios têm no Brasil inteiro. Mas o Itamaraty só poderia ir em bloco. Isso era 1969, início de 1970. Ele disse para mim: “Tenho quatro problemas para resolver – casa para os funcionários, o prédio do ministério e dinheiro para a mudança e Comunicações. Já resolvi os três. Você pode transferir a divisão?”. Aí eu disse: “Olha, ministro, eu tenho o equipamento...”. Porque já os antecessores já vinham comprando o equipamento. Era teletipo, na época, e máquina cifradora manual. Eu disse: “Eu tenho o equipamento. [inaudível] Eu posso continuar funcionando aqui no Rio e começar a funcionar lá. Não há problema, do ponto de vista nosso. Mas não sei se tem micro-ondas”, que era o que tinha. Não havia cabo ótico. Ele disse: “Então, você vai descobrir”. “Sim, senhor.” Saí dali... [risos] Foi assim mesmo. Eu contei a história como ela é. Falei com a

¹² O entrevistado se refere ao ex-embaixador brasileiro Carlos Calero Rodrigues.

¹³ Divisão das Nações Unidas.

¹⁴ O entrevistado se refere ao ex-presidente da república Artur da Costa e Silva, que governou o Brasil de 1967 até 1969.

¹⁵ O entrevistado se refere ao ex-presidente Emílio Garrastazu Médici, que governou de 1969 até 1974.

¹⁶ O entrevistado se refere a Mário Gibson Alves Barbosa (1918-2007), que foi um diplomata brasileiro.

moça, bati um aviso ao ministro das Comunicações – chamava-se Hygino Corsetti, um coronel – perguntando: “Tem isso? Tem aquilo?”. Peguei o papel, entrei de novo no gabinete, “ministro, assina aqui”. Ele assinou, eu botei debaixo do braço e fui lá à Presidente Vargas, entrei... Fui a pé ali. O ministro não estava, estava o secretário-geral, que era outro coronel, chamado Schneider. Nunca mais esqueci disso. Eu disse: “Eu tenho um aviso importante, tenho que falar com o ministro agora”. “Não, o ministro não está; está o secretário.” “Quero falar com o secretário-geral.” Entrei, falei com ele, mostrei o papel, ele olhou e disse assim: “Tem tudo sim, senhor. Tudo isso aqui tem”. Eu disse: “Então, o senhor me faça um favor, o senhor mande a sua secretária bater agora uma resposta ao ministro”. Uma hora depois, saio eu com a resposta debaixo do braço. Entrei triunfante no gabinete do Gibson.

M.S. – Ótimo.

S.D. – E ele tinha congelado as remoções, por causa da transferência. E aí ele ficou satisfeítíssimo, evidentemente, e eu disse: “Ministro, eu vou lhe pedir um favor então, eu quero que o senhor me remova agora para Washington”. [risos] Removeu.

M.S. – Na hora.

S.D. – Removeu. Ele disse: “Mas primeiro você vai transferir a divisão”. “Vou transferir sim, senhor, mas eu queria já o decreto publicado”. [risos]

M.S. – Qualquer coisa para não morar em Brasília, não é?

S.D. – Eu tinha horror da ideia. Não queria saber de Brasília, não. É claro que foi um erro. Eu devia ter ido, mas, enfim... Eu acho que teria sido, do ponto de vista até de formação profissional – na altura, eu era um jovem segundo-secretário, ou primeiro, tinha acabado de ser promovido a primeiro –, teria sido bom trabalhar em Brasília naquelas circunstâncias, porque você está muito mais próximo do poder, das coisas acontecendo. Mas eu fui para Washington. Eu transferi a divisão, e aí o Gibson mandou... Criou o Rio Branco, a condecoração, e mandou me dar. Eu recebi em Washington. Mandou para Washington.

M.S. – Ótimo!

S.D. – Fui logo o primeiro. Fui da primeira condecoração do Rio Branco.

M.S. – Ah, é?

S.D. – Mas, enfim, assim é que eu fui para Washington. Então, não tinha nenhuma outra... Aliás, a maior parte das transferências...

M.S. – Sim, claro.

S.D. – São assim, não é?

M.S. – São circunstanciais.

S.D. – Muitas vezes, você vai porque o chefe chamou você, porque você precisa de um indivíduo que tenha um determinado tipo de formação profissional para um determinado tipo de embaixada onde é... Isso é claro que é assim. Mas no meu caso não foi assim, não; foi porque ele queria recompor a embaixada. E fui para trabalhar no Setor Administrativo.

M.S. – Ah, da embaixada?

S.D. – Da embaixada. E pouco depois, um ano depois, saí, e aí fui para o Político. Era o Afonsinho, o Afonso Arinos¹⁷, era o conselheiro, e eu era o número dois.

M.S. – Qual era a sua tarefa no Setor Político da embaixada?

S.D. – Era, basicamente, cuidar da chamada imagem do Brasil, que estava lá embaixo, como você há de imaginar, não é?

M.S. – Claro. E isso implicava em quê? Como se cuida da imagem do Brasil de Médici em Washington?

S.D. – Era difícil, não é? Eu procurei contato muito com jornalistas, e outra coisa que eu fiz...

¹⁷ O entrevistado se refere a Afonso Arinos de Melo Franco, que chefiou a delegação brasileira à Conferência do Desarmamento, em Genebra (1963).

M.S. – Mas para explicar? Procura o jornalista e diz o que ao jornalista? Porque não tinha país para vender, não é?

S.D. – Procurei o contato; não procurei para explicar nada. Procurei o contato, para saber quem é que escrevia sobre o Brasil, quem é que não, quem é que fazia coisas sobre o Brasil e que ideias... Era principalmente um sujeito chamado Griffin – eu esqueço o prenome dele, mas o *byline* dele aparecia no *Washington Post*. E ele esteve lá em casa, mais de uma vez almocei com ele, encontrei com ele. E eu não procurava... Enfim, eu não tenho nada que ver... Eu não era... Eu não tinha nada que ver com 1964, com militar, com coisa nenhuma, e também não era a minha ideologia. Eu achava que havia excessos, obviamente. Todo mundo sabia que havia excessos. Obviamente, você não podia defender. O que eu procurava fazer, e fiz também numa outra coisa que eu já vou chegar lá, era um pouco desfazer certos estereótipos em relação ao Brasil. Isso é que eu procurava fazer. O Araújo Castro¹⁸, que veio depois e que tinha sido ministro, como vocês sabem, ministro do Jango¹⁹, era convidado frequentemente por universidades onde havia estudos brasileiros. E foi a vários. Mas a maior parte das vezes, ele mandava eu ir. E eu ia.

M.S. – Para falar?

S.D. – Para falar. E eu ia. E eu procurava fazer isso. Eu não procurava explicar, nem defender, nem justificar nada; eu procurava dizer: “Olha, o Brasil é assim, assim e assado. Extermínio, tortura, isso já tinha muito antes, não foram os militares que inventaram”. Então, coisas desse tipo. E eu falava para classes de estudantes – basicamente, os de graduação, e mesmo além da graduação – sobre o Brasil. Eram muito mal-informados, muito estereotipados, [com] ideias muito estereotipadas sobre o Brasil. Então, não era difícil você conversar com essas pessoas. Para começar, eram pessoas interessadas; não eram gente sectária que estava ali politicamente motivada para...

E.A. – Descer o malho na... [riso]

¹⁸ O entrevistado se refere ao ex-diplomata brasileiro e ministro das Relações Exteriores no governo João Goulart, João Augusto de Araújo Castro (1919-1975).

¹⁹ O entrevistador se refere ao ex-presidente da república João Belchior Marques Goulart (1919-1976), que governou o país desde 1961 até 1964.

S.D. – Na chamada revolução, não é? E depois, eram gente que queria aprender, queria saber, queria ouvir alguém dizer coisas sobre o Brasil. Então, para mim foi uma experiência ótima. Eu fui a várias, umas doze, quinze, ao longo de um ano ou dois. Então, foi muito bom. Isso é o que basicamente eu fazia. E fiz também um pouco o cultural, mas aí era promover exposições e essa coisa. Tinha um centro de estudos.

M.S. – O senhor concordaria com a ideia de que o Araújo Castro, embaixador em Washington, é um homem relativamente retraído, que fica na embaixada?

S.D. – Olha, ele procurava contatos. Eu acho que hoje... Na época, a gente não fazia isso, não. A gente não ia visitar congressistas, procurar contato no Congresso. Porque também o ambiente era muito hostil em relação ao Brasil e o Brasil ficou muito marginalizado nessa época, sobretudo no período do Médici, que foi o tempo que eu servi lá. De 1970 a 1974 foi que eu servi lá. Eu vim depois. Quando o Silveira veio ser chanceler, eu voltei para trabalhar com ele. Mas o Castro tinha contatos, sim, mas não era um homem que se projetasse, saísse, fosse buscar a informação. Isso é [inaudível]. Mas ele chamava, ele convidava na embaixada, e eu fiz várias vezes listas de pessoas, “vamos chamar o fulano, vamos chamar o sicrano”, quer dizer, ajudava a estabelecer contatos para ele.

M.S. – O Brasil estava isolado, mas, apesar disso, temos a visita do presidente Médici de dezembro de 1971 e temos uma ambição, por parte do governo Nixon²⁰, de fazer coisas com o Brasil, seja coordenar a Guerra Fria na América Latina, seja lidar com temas emergentes da agenda, que davam ao Brasil uma projeção que o Brasil antes não tinha. Na década de 50 era impensável.

S.D. – Eu acho que, naquela ocasião, o que os americanos queriam era que o Brasil fosse uma espécie de *subrogate* na América do Sul, sobretudo em relação a comunismo, subversão, expansão do comunismo. E nisso, naturalmente, também os militares, os adidos, os militares brasileiros em Washington, também. Para eles era uma questão importante, esse tipo de contato, esse tipo de visão de que o Brasil poderia... E também havia, ainda na ocasião, no início dos anos 70, no governo Nixon, havia de parte do governo, a administração americana, o Executivo e até um pouco, também, elementos do Congresso, certa boa vontade em relação ao Brasil, em relação

²⁰ O entrevistador se refere ao ex-presidente norte-americano Richard Milhous Nixon, que cumpriu o seu mandato de 1969 até 1974.

aos militares e em relação ao governo. Aquele famoso artigo das *Seleções*, “O país que se salvou a si mesmo”. E eu me lembro, eu conheci o sujeito, porque eu tratava de relações com a imprensa, eu conheci o sujeito. Aos poucos é que aquilo foi se modificando. Tem um livro muito bom que foi publicado pela Companhia das Letras há uns dois anos atrás, chamado *Apesar de vocês...*

M.S. – Do Jimmy Green.

S.D. –... Que eu traduzi para o português. Naquela época, eu fazia traduções para a Companhia das Letras. E ele conta muito essa história, como é que, aos poucos, a atitude do governo americano foi se modificando. E eu aprendi isso lendo o livro do Green; não por estar em Washington na época. Porque esse tipo de contato, esse tipo de interação com as forças políticas americanas, eu não tinha, e a embaixada não tinha muito, não.

M.S. – Claro. O senhor diria que a ditância militar tinha mais do que a embaixada?

S.D. – No meio militar. No meio político, eu duvido. No meio militar, certamente sim. Porque eles tinham uma estrutura: o Colégio Interamericano de Defesa, uma série de... e fornecimentos.

E.A. – E compras.

S.D. – E tinham... Chama-se Comissão.

E.A. – Comissão Militar Brasileira...

S.D. – Tinha três comissões, uma Aeronáutica, uma Naval e uma... Além dos adidos.

M.S. – O senhor se lembra se o embaixador Araújo Castro tinha contato pessoal relevante com o Vernon Walters²¹ na época?

S.D. – Não sei. Não sei o que o Walters fazia na época.

M.S. – Era assessor da Presidência.

²¹ O entrevistador se refere ao ex-presidente norte-americano Vernon A. Walters, que cumpriu o seu mandato de 1985 até 1989.

S.D. – Do Conselho de Segurança?

M.S. – Do Nixon.

S.D. – Não sei. Não sei te responder, não.

M.S. – Ok. Então, nesse período, o senhor não está mexendo com temas nucleares, em Washington, e os temas nem passam pela embaixada.

S.D. – Não faziam parte do Setor Político da embaixada. Não tomava conhecimento, não.

M.S. – O Silveira chega a ministro de Estado e convida o senhor para voltar para Brasília.

S.D. – Mais ou menos. Mais ou menos.

M.S. – Como foi essa história?

S.D. – Tem uma parte pessoal aí. Não sei se eu devo misturar coisas...

M.S. – Sim, claro.

S.D. – Eu tinha tido, como eu te disse, uma relação muito próxima com o Silveira, realmente, extremamente próxima e muito profícua, muito intensa. Porque o Silveira era um homem muito intenso. Vocês conheceram. Vocês não devem ter conhecido, mas você conheceu. Você estava aqui, quando ele fez o depoimento?

E.A. – Não, não.

S.D. – E ele era um homem muito gregário e muito dedicado aos seus auxiliares, e vice-versa. Nós tínhamos uma grande devoção não é? O Silveira realmente era um chefe extraordinário. Foi a pessoa que mais me impressionou, com a minha vida pessoal e profissional. Quando ele chegou aqui para ser secretário-geral e, depois que ele se malogrou, ele foi para Buenos Aires, eu estava indo para Washington. Não cheguei nem... Trabalhei com ele aqui um pouco, ainda, antes de a

coisa ser negada a ele. E trabalhei com ele, eu, chefe de Comunicações, e ele, em Genebra. Eu é que tramitava tudo que ele queria. Todas as correspondências dele, quem tramitava era eu, na Divisão de Comunicações. Então, eu tinha essa confiança com ele, gozava dessa confiança. Ou ele tinha essa confiança comigo. E aí eu fui para Washington. E estava muito bem posto em Washington. Eu tinha um problema pessoal, particular. Não meu, mas uma pessoa da minha família com uma dificuldade de saúde que se agravou bastante, tanto que eu cheguei a pensar em sair do ministério, largar o ministério e voltar para o Brasil. Eu tinha 36 ou 37 anos. “Vou arranjar um emprego e vou trabalhar”, porque parecia que o fato de viver no exterior agravava esse... É a minha ex-mulher. Agravava esse... Eu não quero que isso...

M.S. – Claro, claro não.

S.D. – É só para vocês entenderem o que é. Nesse momento em que eu resolvi sair do ministério, eu escrevi uma carta ao Silveira, pessoal, muito desanimada, “eu vou largar esse negócio”. E, naquela época, você *escrevia* uma carta, escrevia a carta e mandava a carta pela mala diplomática. O Silveira me respondeu com uma carta, também. Entre carta vai e carta vem, ela começou a tomar um remédio que fez muito bem a ela. Aí eu resolvi não sair mais. A carta do Silveira me convidava para ir para Buenos Aires. Quando chega a carta do Silveira, eu já tinha resolvido que não ia sair de Washington, porque o tratamento era lá. Aí eu escrevi de volta, disse: “Olha, lamento muito, mas eu vou ficar em Washington. Não vou sair, não. Não vou para Buenos Aires, não vou para lugar nenhum; vou ficar aqui”. Ele nunca me disse, [mas] eu acho que ele pensou que eu achei que o Castro é que ia ser ministro, e não ele. Me respondeu secamente.

M.S. – Chateou-se. Ele era assim.

S.D. – Era absolutamente assim.

M.S. – Personalista.

S.D. – Isso. E eu não fui; fiquei lá. Aí o ministro foi ele. Eu telefonei de lá e ele me... Essas coisas, eu me lembro perfeitamente. Eu me lembro o que ele me disse. Ele disse assim: “Eu vou precisar de todo o pessoal bom”. [risos] E eu disse: “Estou às ordens”. Mandou me chamar, fui a serviço, e na hora que eu entrei no gabinete... Ele já tinha tomado posse. Tinha acabado de tomar posse. Tinha dois que tinha tomado posse. Quando eu entrei no gabinete, quando ele me olhou, eu

percebi que a relação já não era a mesma. E ele, em vez de me botar no gabinete, o que seria o normal para uma pessoa que tinha o tipo de relação que eu tinha com ele, me fez chefe da Divisão do Pessoal. Que é importante. Eu não poderia me queixar.

M.S. – Claro.

S.D. – Me queixar, eu não podia, inclusive porque eu não tinha nem *seniority* para isso. Mas fui para lá e fiquei lá os quatro anos e tive com ele uma relação relativamente distante. Eu chamava ele de você, tinha toda a intimidade com ele, às vezes eu ia até falar com ele, mas nunca mais houve o mesmo grau de intimidade. Foi só para te explicar. Agora, não ponha isso em... porque envolve uma pessoa que não tem nada a ver.

M.S. – Sim, sim.

E.A. – A gente pode tirar o que for necessário.

S.D. – Eu digo qualquer alusão a essa questão, porque é uma questão...

M.S. – Claro, claro. Mas isso é importante para entender...

S.D. – Para entender o que era.

M.S. – Sim.

S.D. – Nunca mais eu tive a mesma relação com ele.

M.S. – Do ponto de vista substantivo, na Divisão do Pessoal, o que estava acontecendo? O Silveira faz algumas mudanças importantes, do ponto de vista do pessoal, não é isso?

S.D. – O Silveira fez algumas mudanças de aceleração da carreira. O chamado instituto da agregação, por exemplo. Você sabe o que é isso?

M.S. – Não.

S.D. – Era uma situação. Quando ocorriam certas situações administrativas, se você entrava em licença para tratamento de saúde além de certo tempo, se você entrasse em licença [para tratar] de interesses particulares, se você... E o importante aí é: se você fosse servir em outro órgão da administração, você agregava você ficava agregado ao seu quadro.

E.A. – Não contava.

S.D. – Isso significava que você abria uma vaga. Então, o que ocorreu? Ocorreu que vários colegas – eu não vou citar nomes aqui, mas vários colegas – imediatamente arranjaram funções fora do ministério, abriu a vaga, e aí...

E.A. – As pessoas vão subindo.

M.S. – A pirâmide expandiu.

S.D. – Exatamente. Você podia ser promovido, na condição de agregado. Então, isso ocorreu. Eu acho que até o Paulo, quando foi para a Nuclebrás, acho que ele era ainda ministro e foi promovido a embaixador. Só que no caso dele não era uma armação; ele foi fazer um serviço importante. Mas outros foram só para poder ter a... Enfim, são diversos, pessoas da mais elevada estima e consideração. E fez também a grande mudança, e nessa eu participei – a da agregação, nem tanto –, ele fez uma grande mudança que foi permitir... O que havia muito em Brasília era um *turn over* muito grande do pessoal administrativo – não diplomatas –, porque Brasília oferecia condições... As pessoas entravam no serviço público e havia outras oportunidades que se abriam, porque Brasília ainda estava bastante no começo. Então, o sujeito entrava e saía. Então, era difícil você administrar esse... Sobretudo a carreira de oficial de chancelaria, que tinha sido criada pelo Silveira em 1961, quando ele foi chefe da DA à primeira vez, quando eu trabalhei com ele a primeira vez. Eu trabalhei muito nessa legislação inclusive, trabalhei com ele muito, fazendo projetos de legislação. E eu fiz um grande concurso – eu como chefe do Pessoal – fiz um grande concurso para oficial de chancelaria, e na época era o... Como é que ele chamava, meu Deus? Não lembro mais. Depois eu posso me lembrar. Era o diretor do DASP²². A administração pública – não o Itamaraty – mudou o regime dos funcionários públicos, aquela coisa das carreiras de Estado e as carreiras que não eram de Estado, e as carreiras que não eram de Estado saíram do Estatuto

²² Departamento Administrativo de Serviço Público.

do Funcionário Público, que era aquela lei de 1958, eu acho, e passaram a ser regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho, e a ideia era que você tivesse... Que o administrador público pudesse demitir e renovar com a facilidade que o administrador privado faz. Se você não está satisfeito, você paga a indenização, “não vou com a sua cara, está aqui a sua indenização”, ou então, se você comete uma falta, “demito por justa causa”. Então, essa era a ideia, porque a administração ficava mais ágil. Mas, o burocrata sendo o que é ninguém saía, não é?

M.S. – Claro [riso].

S.D. – E aí eu fiz essa coisa do oficial de chancelaria, fiz um grande concurso de oficial de chancelaria, e a ideia era... O Silveira sempre foi muito cuidadoso, muito atento ao pessoal administrativo no exterior, sobretudo aos contratados locais, e, sobretudo, também, ao “pessoal menor” – os que se chamava de “pessoal menor” eram os contínuos e... Você tinha esse nome, era chamado o pessoal menor.

E.A. – Os auxiliares.

M.S. – “Pessoal menor”.

S.D. – Pessoal menor. Eram os contínuos, os motoristas... O Silveira tinha muita preocupação em ajudar, em criar condições melhores de trabalho, de ascensão etc. E aí ele queria que os funcionários brasileiros locais no exterior pudessem fazer o concurso de oficial de chancelaria. Mas aí se criou a questão de como é que você faz. O sujeito é aprovado no concurso, como é que você faz para... Primeiro como é que você faz o concurso no exterior; segundo, se você... Havia o negócio da posse. No serviço público, você tem que tomar posse. É um instituto jurídico administrativo. E você toma posse na sede. E aí eu tive uma ideia luminosa, e o Silveira concordou. E a minha ideia foi... Eu disse assim: “Silveira, vamos fazer o seguinte... Isso não é mais Estatuto, isso é Consolidação das Leis do Trabalho, então, o sujeito não toma posse, ele é admitido”, era a expressão da lei, “e o sujeito é admitido onde a empresa quer”. Porque, é claro, você contrata um sujeito para a sua empresa, você quer mandar para a sua filial, você contrata lá, o sujeito entra lá. Então, o sujeito entra lá em Paris, o sujeito entra lá em Jacarta, você tenta onde for. Agora, tem que vir aqui fazer o concurso. É impossível você gerir um concurso...

M.S. – Claro.

S.D. – Vieram... Aí eu espalhei. Mas aí eu fiz uma viagem, eu e mandei outros colegas, de sussurrar: “Olha aqui, não pode comentar, mas pode ter certeza que, se você passar no concurso, que você vai ser admitido lá onde você está...”.

M.S. – Destinado no posto.

S.D. – “... lá onde você está. Mas eu não posso botar isso no edital”. Naquela época, você podia fazer essas coisas. Hoje em dia não daria.

M.S. – Claro. Hoje em dia seria impossível.

S.D. – Seria praticamente impossível, mas em 1974 as coisas eram diferentes. Aí fizemos isso. E com isso conseguimos trazer para dentro do Itamaraty, quer dizer, para dentro da estrutura formal de carreira uma série de pessoas que eram... Não tinham outra... Ficariam...

E.A. – Tinham uma situação precária.

S.D. – Não tinham qualquer outro amparo. Não havia uma legislação que os amparasse. Isso foi uma das coisas que o Silveira fez.

M.S. – E vocês passaram gente para o retiro, também, num ritmo mais intenso do que seria o normal?

S.D. – Não.

M.S. – Só liberaram a base da pirâmide.

S.D. – É. Mas a pirâmide só de administrativo – não de diplomata, não da carreira de diplomata –, da carreira de oficial de chancelaria. E outra coisa que o Silveira fez também comigo, quer dizer, comigo na DP, outra coisa que ele quis fazer e que eu preparei a coisa, mas a intenção era dele, era o *home leave*. Não havia *home leave* nunca no Itamaraty. A ideia nossa, a ideia subcolonial é que, se você está no exterior, você está melhor do que estar no Brasil.

M.S. – Para que precisa de *home leave*?

S.D. – Você não volta; você fica. Você entra em férias, você fica lá. É melhor do que você voltar [risos]. Essa é um pouco... É o substrato psicológico da coisa. E o Silveira, nessa questão, e eu também e a geração que era a nossa, a minha – a dele é antes da minha –, era muito mais nacionalista nesse sentido, era muito menos alienada em relação ao exterior. Então, ele disse: “A gente tem que fazer”. O diabo é que custava dinheiro, trazer o sujeito, pagar as passagens para o sujeito vir com a família, que é o mínimo que se faz com o *home leave*. Aí conseguimos fazer uma coisa que dava dentro do orçamento, mas aí tivemos que dividir os postos em categorias, que até hoje... Se você está em um posto chamado “A”, aí não tem *home leave*. Mas aí era uma questão...

M.S. – É uma questão orçamentária.

S.D. –... mais financeira do que ideológica.

M.S. – Embaixador, nesse período, o senhor não mexeu...

S.D. – Mas isso também o Silveira fez. Quer dizer, são coisas administrativas que ele fez.

M.S. – Nesse período entre 1975 e 1979, o senhor não mexeu com coisas nucleares.

S.D. – Absolutamente nada que tivesse...

M.S. – Como é que se dá sua ida então para Genebra?

S.D. – Aí já foi outra coisa. Aí já era o Guerreiro²³. E o Guerreiro também não me promovia, e eu fui ficando para trás. Eu era ministro... O Silveira, apesar...

M.S. – O Silveira o fez ministro.

²³ O entrevistado se refere a Ramiro Elísio Saraiva Guerreiro (1918-2011). Foi um diplomata brasileiro e ministro das Relações Exteriores entre 1979 e 1985, durante o governo João Figueiredo.

S.D. –... Apesar de um certo estranhamento relativo, mas me promoveu, me promoveu bem, me promoveu na frente, me passou... Passei pessoas...

M.S. – O senhor deu carona.

S.D. – Dei caronas. Quer dizer, recuperei as que eu tinha levado. Mas aí fiquei para trás de novo, ministro. Aí começou a passar gente, inclusive gente do gabinete. E foi o que me salvou. Se eu tivesse ficado no gabinete, eu já fiz essa conta, eu teria sido promovido com 42 anos de idade, no final do Silveira, a embaixador. E aí veio aquela lei do Guerreiro logo depois e depois a do Collor²⁴, que criou restrições, 15 anos e não sei o que, aquele negócio todo. E aí eu teria ido para casa.

E.A. – Teria caído...

S.D. – Teria ido para casa com 59, ou uma coisa assim. Como não fui promovido, essas coisas acabaram, a longo prazo, contando a meu favor. Mas aí o Celso... Eu gostava muito do Celso. O Celso, quando eu estava em Genebra com o Silveira nos anos 60, o Celso era ministro-conselheiro na ONU, em Nova York, e veio para uma conferência sobre o espaço, que fez o Tratado do Espaço Exterior. Era o Comitê do Espaço...

M.S. – Aquele de 1967, não é?

S.D. – É de 1967. Ele veio para isso. Era o delegado brasileiro. E o Silveira me mandou assessorá-lo. Era ele e eu. Eu era o assessor dele. Ele ficou um mês lá fazendo isso. Em 1968, ele já estava de volta à Nova York, foi quem sugeriu que eu fosse para a Assembleia de 1968, por causa do TNP. Então, eu tinha uma relação com o Celso profissional e me dava bem com ele pessoalmente. Aí, nessa altura, já no tempo do Guerreiro, já na segunda metade dos anos 70, o Celso era embaixador em Moscou e me telefonou do Rio, disse: “Olha, eu estou em férias, eu vou a Brasília, o ministro me chamou. Eu tenho uma audiência com o Guerreiro dia tal”. Eu fui ao aeroporto buscá-lo, levei, trouxe para a Divisão do Pessoal e ficamos tomando um café, enquanto ele esperava a hora de ir ao Guerreiro. Aí ele me disse: “Ele me chamou para isso. Ele disse que vai abrir uma missão em Genebra para o desarmamento, já me convidou, e eu vou ser o chefe e eu

²⁴ O entrevistado se refere ao ex-presidente da república do Brasil Fernando Affonso Collor de Mello, que governou de 1990 até 1992.

quero que você vá comigo”. Nessa altura, eu estava já começando o processo de separação do casamento e estava com vontade de ir embora mesmo, e aí eu disse: “Ótimo! Não estão me promovendo mesmo, o que eu estou fazendo aqui? Vou ficar aqui fazendo papel de bobo, vendo nego passar?”. [risos] E foi assim que eu fui para Genebra. E éramos só nos dois. Era a delegação do Brasil. E aí eu fiz... O Celso disse: “E você organiza essa missão”, que era uma coisa nova, não existia. Eu chamei de Escritório do Representante Especial para Assuntos de Desarmamento. Criamos por decreto.

M.S. – Por que o Guerreiro decide criar isso?

S.D. – Eu acho que para abrir vagas, para poder movimentar. Não é que não fosse necessário. Eu acho que era necessário e foi necessário você ter uma pessoa que cuidasse de temas do desarmamento; uma pessoa que cuidasse dos temas de direitos humanos, que foi o Calero, em Nova York; alguém que cuidasse dos assuntos da FAO²⁵; e alguém que cuidasse dos temas, sobretudo econômicos, baseados em Londres, que era o café, era o cacau, era aquele organismo marítimo. Então, não é que não houvesse; havia uma perfeita justificção funcional para isso. Mas eu imagino também que havia uma necessidade de você ter...

M.S. – Circulação.

S.D. –... Maneiras de você movimentar. Senão como é que você movimenta? Se você não tem para onde levar... Que é o que está acontecendo hoje, você não tem para onde levar as pessoas, porque não tem postos, não tem lugares, o Brasil. Então, ele juntou as duas coisas. E acho que fez muito bem. Foi bom para a carreira, foi bom para a movimentação de funcionários e chefes e foi bom porque você tinha pessoas específicas cuidando de temas específicos, esses temas que eram temas multilaterais, basicamente; não eram temas da alçada bilateral das embaixadas. Então, quer dizer, eu acho que a justificção funcional estava perfeita, mas eu acho que ele também precisava movimentar. E aí o Celso me chamou para ir. E eu montei a coisa toda, e aí eu disse: “Eu acho que você tem que ter isso, tem aquilo, tem que ter tudo”. E eu sabia, porque tinha feito muita administração na vida, então, eu sabia tudo, como é que fazia. E fizemos uma coisa muito boa e funcionou muito bem. Eu fiquei sete anos lá com ele. Foi aí que eu trabalhei mais nesse tema de desarmamento. Aí já não era o TNP.

²⁵ Food and Agriculture Organization.

M.S. – Claro.

S.D. – Aí foram armas químicas. E aí foi uma coisa que eu participei. Aí participei bastante. Porque não havia ainda uma decisão política de você negociar um tratado sobre armas químicas, mas já havia a decisão política de preparar, na CD, tudo que era preliminar a um possível tratado no futuro, e criaram-se três grupos de trabalho na CD para texto de uma futura Convenção de Armas Químicas, e eu fui o presidente de um desses. Então, eu estava negociando texto, texto mesmo. Quer dizer, textos preliminares, mas textos. Então, foi muito interessante. Eu passei quase um ano fazendo isso, nessa época.

[FINAL DO ARQUIVO 1]

M.S. – Então, dando segmento, o senhor estava falando que, nesse período em Genebra, o embaixador Celso²⁶ deu ao senhor a responsabilidade pela questão das armas químicas.

S.D. – É claro que eu reportava a ele, obviamente.

M.S. – Sem dúvida.

S.D. – Sem dúvida. Eu não era inteiramente solto no espaço.

M.S. – Claro.

S.D. – Mas eu tratava do tema armas químicas e do tema... A parte de ensaios era mais... era um grupo técnico de sismólogos.

M.S. – Para a proibição de ensaios...

S.D. – É. Quer dizer, gerou depois o tratado.

M.S. –... No futuro.

²⁶ O entrevistado se refere ao ex-embaixador brasileiro Celso Antonio de Souza e Silva.

S.D. – Não, não. [Gerou] o Tratado de Proibição de Ensaio Nucleares. O tratado abrangia tudo.

M.S. – Geral.

E.A. – O CTBT²⁷?

S.D. – O CTBT. Já havia o primeiro, que proibia na atmosfera, e depois veio esse que proibiu em todos os ambientes, [**inaudível**] subterrâneo. Só não proibiu em laboratório porque eles já sabiam fazer em laboratório. [risos] Isso é evidente.

M.S. – Claro claro.

S.D. – E proibiu na atmosfera porque eles já sabiam fazer em subterrâneo.

M.S. – Nesses debates sobre o desarmamento que era a bandeira do Brasil de crítica ao TNP²⁸...

S.D. – Esse era outra vertente do nosso trabalho, era um pouco procurar oportunidades para criticar o TNP.

M.S. – Sem dúvida. Quem eram os parceiros do Brasil em Genebra? Quais eram as delegações com as quais dava para compor jogo?

S.D. – Ninguém... Não, a gente não compunha, não. A gente era escoteiro nessa coisa. E a veemência da crítica era muito nossa, e era muito do Celso. Ele achava... Ele chegou a escrever... Você sabe que ele... Ele era muito amigo do Nascimento Brito²⁹. Não sei se você sabe disso.

M.S. – Não, não sei disso.

²⁷ Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty.

²⁸ Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

²⁹ O entrevistador se refere a Manuel Francisco do Nascimento Brito proprietário e diretor do Jornal do Brasil entre as décadas de 1950 até 2002.

S.D. – Era amigo carnal. E ele chegou a escrever no *Jornal do Brasil* uma coluninha semanal, eu acho, em que ele tratava de assuntos internacionais, e mais de uma vez, desancando o TNP na coluninha. O Celso tinha uma posição pessoal, também, a respeito disso.

M.S. – E o Guerreiro³⁰ era *hands-off*?

S.D. – O Guerreiro deixava. O Guerreiro foi lá uma vez, falar na Conferência. Tem o discurso dele; você pode procurar. Não sei exatamente em que ano foi, mas foi nesse período, 1981 a 1984, 1985 e 1986, deve ter sido. Mas o Celso, então, era o representante do Brasil para temas, assuntos de desarmamento, e o mandato do escritório era essa representação. Então, além de trabalhar em Genebra, a gente também representava o Brasil... Ele representava o Brasil...

M.S. – Na Primeira Comissão.

S.D. –... Na Primeira Comissão e na Comissão do Desarmamento, que é o órgão da Assembleia, é o órgão plenário da Assembleia, é o órgão deliberativo. Creio eu, a Primeira Sessão Especial, de 1978, é que criou essa estrutura chamada o mecanismo do desarmamento. Então, a gente ia à Nova York. Quando começava a Primeira Comissão, a primeira sessão da Primeira Comissão tem sempre uma parte inicial que é o chamado debate geral, cada um faz o seu... Aí vinha o Sergio Corrêa da Costa, que era o... Aí o Sergio³¹ fazia o discurso. Mas o resto do tempo, o Celso falava. Então, a gente fazia os telegramas e mandava e o Sergio lia, é claro que lia, ele assinava... Aí é aquele sistema que você sabe, “transmito”, então, a responsabilidade era do primeiro signatário, e não do chefe da missão, do Sergio, que assinava embaixo do...

M.S. – Embaixador, nesse período, no período que coincide com sua passagem por Genebra, o Brasil começa a desenvolver o chamado Programa Autônomo, o Programa Nuclear Autônomo ou Paralelo, que é uma série de iniciativas para dominar o ciclo completo do enriquecimento de urânio, e hoje em dia a gente também sabe que houve ali desenvolvimento tecnológico em direção à capacidade de explosivos. A gente nunca chegou lá...

³⁰ O entrevistado se refere a Ramiro Elísio Saraiva Guerreiro (1918-2011). Foi um diplomata brasileiro e ministro das Relações Exteriores entre 1979 e 1985, durante o governo João Figueiredo.

³¹ O entrevistado se refere a Sergio Corrêa da Costa (1919-2005), ex-diplomata, advogado, historiador brasileiro.

S.D. – É impossível dissociar, não é? Se você tem o ciclo completo, você tem a capacidade de fazer explosivo.

M.S. – Mas, também, técnicas para poder fazer um teste, se necessário fosse.

S.D. – Mas aí já é outra coisa. Aí é em outro...

M.S. – Exato. Por isso. São duas coisas.

S.D. – São duas coisas separadas.

M.S. – O Programa Paralelo tinha este objetivo. Depois se soube, havia bastante sofisticação, havia muita gente envolvida, havia 45 instalações no país etc. Nesse período, os serviços de inteligência estrangeiros também começam a dizer que o Brasil é um país que está avançando em direção a “*breakout capacity*”.

S.D. – Botavam no jornal a toda hora.

M.S. – Botavam no jornal a toda hora. Isso afetava o trabalho de vocês de alguma maneira? Alguém dizia: “O que vocês vêm criticar o TNP e falar em desarmamento, quando, na realidade, vocês têm um programa nuclear secreto?”.

S.D. – Nunca se fez isso ostensivamente. Eu não me lembro de jamais alguém ter criticado. As pessoas conversavam conosco, perguntavam, queriam saber que intenções o Brasil teria, mas não havia crítica aberta na Conferência. A crítica era no jornal, a crítica era nas revistinhas aí, naquela revista dos cientistas...

M.S. – *The Nonproliferation?*

S.D. – Não, não.

E.A – *Bulletin of the Atomic Scientists.*

S.D. – *Bulletin of the Atomic Scientists*. Ali é que... E jornalistas por aí, diversos, que, certamente, se interessavam pelo tema. Não quero fazer nenhuma insinuação desagradável. Mas, naturalmente, havia, além do interesse profissional que alguém tivesse de escrever sobre o tema, é claro que também devia haver convites: “Por que você não escreve sobre isso? É um tema interessante”. Provavelmente havia. Mais de uma vez, pessoas vieram conversar conosco, jornalistas tanto brasileiros quanto estrangeiros, para saber, em conversa de jornalista com...

M.S. – Vocês sabiam, em Genebra, o que estava acontecendo no Programa Nuclear Brasileiro?

S.D. – Não sabíamos, não. Se o Celso sabia, eu não sei. Eu não sabia.

E.A. – Sabia que existia.

S.D. – Sabia que devia existir. A principal revelação foi o famoso poço do Collor³².

M.S. – Que foi bem mais tarde, não é?

S.D. – Foi bem mais tarde.

M.S. – O senhor já está de volta em Brasília, nesse período.

S.D. – Eu já estava em Brasília. Eu acho que não, não estava ainda de volta, não. Mas, enfim, foi por aí. Foi logo no início...

M.S. – Ou estava voltando. Foi em 1991.

S.D. – Já estava voltando. Foi quando eu voltei. Eu voltei no início do Collor. Já depois da Nicarágua. Porque, depois Genebra, eu fui para a Nicarágua.

M.S. – Claro, o senhor foi para a Nicarágua.

³² O entrevistado se refere ao ex-presidente da república do Brasil Fernando Affonso Collor de Mello, que governou de 1990 até 1992.

S.D. – Mas, enfim, a gente imaginava. Porque, também, você não preserva opções, se não houver uma razão. Você podia sempre esgrimir. A gente esgrimia os argumentos de princípio, que é discriminatório, que não sei o quê... Que é verdade, que são argumentos que você pode usar. Mas você também não faz isso simplesmente por ojeriza às superpotências; você faz também porque, certamente, o que você quer é assegurar e impedir que haja restrições sobre o seu programa. Agora, como era o programa, o que era o programa, isso eu não tinha ideia.

M.S. – As iniciativas do presidente Reagan³³ – e depois com o Gorbachev³⁴ – de controle de armamentos, de alguma maneira, tiravam o gás e a energia do desarmamento?

S.D. – É, porque... Se você olhar a Carta da ONU³⁵, ela faz uma distinção muito clara entre o que é *desarmamento*... A palavra desarmamento ocorre esporadicamente. Não se esqueça que a Carta foi assinada... Acho que duas semanas antes do primeiro ensaio nuclear americano – numa coincidência história, mas é uma coincidência. Então, a Carta fala em controle de armamentos e direciona isso para o armamento convencional e fala em eliminação – e a linguagem da Carta, eu acho que posso citar quase textualmente – de “armas adaptáveis à destruição em massa”. Então, ela faz uma clara distinção entre as duas coisas: uma coisa é controle de armamentos; outra coisa é desarmamento, é eliminação de armamento. As potências, sobretudo os Estados Unidos, que era um país muito mais aberto do que a União Soviética na época, não faziam essa distinção. Para eles, tudo era *arms control*, com uma pequena exceção, que foi aquela agência que eles tinham criado que se chamava Arms Control and Disarmament Agency (Acda). Mas eles cuidavam mesmo era de *arms control*. O interesse nacional, obviamente, era evitar que outros países... Obviamente, é um interesse perfeitamente legítimo. Então, para eles... E até hoje falam em *arms control*. Depois virou não proliferação. Eles falam mais em não proliferação do que em qualquer outra coisa. Se você olhar os discursos e os artigos e as manifestações, elas são todas no sentido da não proliferação. Tanto que fizeram o Conselho de Segurança declarar que a proliferação de armas nucleares é uma ameaça à paz e à segurança internacionais. É uma declaração presidencial do Conselho de Segurança. Nunca declararam... O Conselho nunca declarou que a posse das armas, a existência das armas seja uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Nem declarará jamais.

³³ O entrevistador se refere ao ex-presidente norte-americano, Ronald Wilson Reagan, que cumpriu o seu mandato do ano 1981 até 1989.

³⁴ O entrevistador se refere a Mikhail Serguéievich Gorbachev, ex-secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética de 1985 a 1991.

³⁵ Organização das Nações Unidas.

M.S. – Nem o faria.

S.D. – Nem declarará jamais.

M.S. – Claro.

S.D. – Mas eu digo para mostrar qual é o direcionamento deles, que era diferente do nosso obviamente. Então, também, o fato... As nossas críticas, a veemência da crítica era um pouco também para se opor a essa tendência, a essa tendência da qual participavam também todos os aliados dos dois lados, tanto do Pacto de Varsóvia³⁶ quanto da Nato³⁷. E até hoje a Nato... Para a Nato, para a Europa Ocidental... E hoje a Europa Oriental não quer outra coisa senão ser Ocidental. [risos] Para eles, o grande problema é a proliferação. O problema é o Irã. E se você olhar qualquer manifestação da imprensa ocidental, raramente há qualquer insinuação crítica de que a existência da arma é um problema. O problema não é a existência da arma; o problema é o *possuidor* da arma. E há possuidores... Há bons e maus, não é?

M.S. – Claro claro.

E.A. – Os “Estados Párias”.

S.D. – É o negócio do Bush: *evil e not evil*. Então, isso também nos fazia, com o Celso... Nos ajudava a criticar, obviamente.

M.S. – Vocês sentiam que, do lado de Brasília, a atitude em relação a temas de desarmamento já fosse, na Secretaria de Estado, ou no Palácio do Planalto, na sociedade brasileira em geral... A impressão que me dá é que a relação, naquele período como agora, é de certa indiferença benigna.

S.D. – É um pouco isso. Dependia um pouco de quem fossem os responsáveis no Itamaraty, quer dizer, os chefes tanto do Departamento de Organismos Internacionais, que era a cúpula... Na época, o departamento era... Depois se criaram os subsecretários, essa coisa. O chefe do

³⁶ Países que compuseram: União Soviética, Polônia, Alemanha Oriental², Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária, Albânia. O Pacto durou desde 1955 até 1991.

³⁷ North Atlantic Treaty Organization, assinado em 4 de abril de 1949.

departamento, na época, despachava com o secretário-geral, quando não com o próprio ministro. E o chefe da DNU, que era quem cuidava disso. Depois, também a DNU se desmembrou: todos os temas passaram a ser... Ambiente, direitos humanos, mulheres, tudo isso passou para outras divisões. Mas a DNU, na época, era quem cuidava dessa coisa. Conforme o chefe da DNU e o chefe do DOI se tivessem ou não tivessem interesse profissional naquele tema. Então, às vezes, as pessoas até vinham, colegas vinham lá em Genebra, participavam da delegação, passavam lá uma, duas, três semanas vendo o que estava acontecendo etc. Mas dependia... Era muito mais *ratione personae* do que *ratione materiae*...

M.S. – Entendi. Está ótimo.

S.D. –... No Itamaraty, tanto quanto eu podia perceber.

M.S. – Eu acho que o que a gente podia fazer é parar por aqui, para que a gente possa dedicar a nossa próxima sessão, quando o senhor voltar ao Brasil, a partir de março, que a gente possa dedicar ao período do fim da Guerra Fria, ou seja, a gente pegaria a Nicarágua, que ainda tem um componente de Guerra Fria importante...

S.D. – Foi. Era um capítulo menor da confrontação, mas era um capítulo...

M.S. – Mas é um capítulo.

S.D. – Eu gostei de estar lá. Achei divertido.

M.S. – Claro, sem dúvida.

S.D. – Achei divertido ser embaixador lá.

M.S. – E aí a gente cobriria todo o período Collor e a gente chegaria ao tempo presente.

S.D. – Tudo bem.

M.S. – Pode ser assim?

S.D. – Como você quiser.

M.S. – Maravilha!

S.D. – Pode ser.

[FINAL DO DEPOIMENTO]